



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – CONAT

CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT
4ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 7ª (SÉTIMA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA 4ª CÂMARA DE
JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

Aos 11 (onze) dias do mês de agosto do ano 2020 (dois mil e vinte), às 13h 30min. (treze horas e trinta minutos), após verificado o quorum regimental estabelecido no art. 52 do Regulamento Interno do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará (CRT-CE), e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 7ª (sétima) Sessão Ordinária Virtual da 4ª Câmara de Julgamento do CRT-CE, sob a Presidência do Dr. José Augusto Teixeira. Presentes à Sessão os Conselheiros: Ivete Maurício de Lima, Michel André Bezerra Lima Gradvohl, Dalcília Bruno Soares, Fredy José Gomes de Albuquerque, Francileite Cavalcante Furtado Remígio e Fernando Augusto de Melo Falcão. Também presente, o Representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. Rafael Lessa Costa Barboza. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge. Iniciada a sessão, O Sr. Presidente indagou à Secretária se há resoluções a serem aprovadas pela Câmara e, a mesma informou não haver resoluções a serem aprovadas. Foi lida e aprovada a Ata da 6ª Sessão Ordinária Virtual. **Passando-se à ORDEM DIA, foram anunciados os seguintes processos: Processo de Recurso Nº 2/15/2019 – Auto de Infração nº 1/201819563. RECORRENTE: SUCESSO AGROINDUSTRIAL E CONSULTORIA LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro MICHEL ANDRÉ BEZERRA LIMA GRADVOHL. Decisão:** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, afastar as nulidades nele suscitadas, considerando que o julgador singular apreciou os argumentos da impugnação que são imprescindíveis para o deslinde da questão objeto do presente auto de infração, emitindo juízo de valor e motivando o seu convencimento ao abrigo das normas legais vigentes, tendo sido observado o devido processo legal, sem violação da garantia de ampla defesa e contraditório. **No mérito**, por maioria de votos, conhecer do Recurso interposto, referente ao Procedimento Especial de Restituição, negar-lhe provimento, com fundamento no disposto no art. 113 da Lei nº 15.614/2014, para confirmar a decisão exarada em 1ª Instância, de **INDEFERIMENTO** do pleito, nos termos do voto do Conselheiro Relator, de acordo com o Parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Foram votos divergentes os dos Conselheiros Fredy José Gomes de Albuquerque e Francileite Cavalcante Furtado Remígio, que votaram pelo parcial deferimento do pleito da recorrente, com o reenquadramento da penalidade prevista no art. 123, VIII, “L”, da Lei nº 12.670/96. O Conselheiro Fernando Augusto de Melo Falcão votou pelo indeferimento do pedido de restituição, mas com a ressalva de que à época da lavratura do AI não havia, no Contencioso Administrativo Tributário (Conat) do Estado do Ceará, uma

decisão consolidada acerca da matéria de que trata o art. 123, VIII, “L”, da lei 12.670/96, com a nova redação dada pela Lei nº 16.258/2017. A Conselheira Dalcília Bruno Soares, votou pelo indeferimento do pedido de restituição, por não identificar, no caso concreto, as hipóteses previstas no art. 113, da lei 15.614/2014 e art. 165 do CTN. Presente para sustentação oral do recurso, o representante legal da recorrente, Dr. Ronaldo Cassimiro Lorenzen Pippi. **Processo de Recurso Nº 2/16/2019 – Auto de Infração nº 1/201819559. RECORRENTE: SUCESSO AGROINDUSTRIAL E CONSULTORIA LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE MELO FALCÃO. Decisão:** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão proferida em 1ª Instância, que resolveu pelo **INDEFERIMENTO** do pedido de restituição, nos termos do voto do Conselheiro Relator e do Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado pelo representante da douta Procuradoria Geral do Estado. O representante legal da recorrente, Dr. Ronaldo Cassimiro Lorenzen Pippi, estava presente à sessão e se ausentou. **Processo de Recurso Nº 1/1415/2018 – Auto de Infração nº 1/201715950. RECORRENTE: VIANDE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATORA: Conselheira DALCÍLIA BRUNO SOARES. Decisão:** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, dar-lhe provimento para declarar de ofício a **NULIDADE** do lançamento, tendo em vista a existência de vício formal na constituição do crédito tributário por ausência de notificação regular ao sujeito passivo, na forma prevista no artigo 145 do CTN. Houve o envio do Termo de Intimação nº 2017.09650 e do Auto de Infração nº 201715950 com a designação de nome e endereço de ex-sócias, alheias ao quadro societário da empresa à época da infração (2014), violação aos artigos art. 822 § 2º II do Decreto nº 24.569/96, artigo 3º II da Instrução Normativa nº 33/97 e artigo 78 da Lei nº 15.614/14. Recurso conhecido com fundamento no artigo 996 do CPC2015 c/c art. 117 da Lei nº 15.614/14, que autoriza terceiro prejudicado a interpor recurso, no caso as ex-sócias demonstraram nos autos a possibilidade de a decisão condenatória proferida em primeira instância gerar responsabilidade tributária prejudicial às recorrentes. Tudo nos termos do voto da Conselheira Relatora, em desacordo com o Parecer da Assessoria processual Tributária, mas em conformidade com a manifestação oral em sessão do representante da douta procuradoria Geral do Estado. Os Conselheiros Fredy José Gomes de Albuquerque e Michel André Bezerra Lima Gradvohl, conhecem do Recurso Ordinário das pessoas físicas, no caso, as ex-sócias da empresa autuada e, também declaram a nulidade de ofício do Auto de Infração. **Processo de Recurso Nº 1/1419/2018 – Auto de Infração nº 1/201715952. RECORRENTE: VIANDE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATORA: Conselheira FRANCILEITE CAVALCANTE FURTADO REMÍGIO. Decisão:** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, dar-lhe provimento e, também por unanimidade de votos, modificar a decisão de procedência, exarada em 1ª Instância e, declarar de ofício a **NULIDADE** do Auto de Infração, em razão do vício formal, considerando que no presente caso, o auto de infração não foi regularmente constituído e, o sujeito passivo não foi devidamente intimado, ferindo ao direito da ampla defesa e do contraditório. Tendo em vista, ainda, que a notificação foi reportada às ex-sócias, as quais não pertenciam mais ao quadro societário da empresa à época da autuação. Tudo nos termos do voto da Conselheira Relatora, em desacordo com o Parecer da Assessoria processual Tributária, mas em conformidade com a manifestação oral em sessão do representante da douta procuradoria Geral do Estado. Os Conselheiros Fredy José Gomes de Albuquerque e Michel André Bezerra Lima Gradvohl, conhecem do Recurso Ordinário das pessoas físicas, no caso, as ex-sócias da em-

presa autuada e, também declaram a nulidade de ofício do Auto de Infração. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 12 (doze) de agosto do corrente ano, às 13h30min. (treze horas e trinta minutos). E para constar, eu, Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge, Secretária da 4ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

José Augusto Teixeira
PRESIDENTE DA 4ª CÂMARA

Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge
SECRETÁRIA DA 4ª CÂMARA